



**COMPANHIA POTIGUAR DE GÁS - POTIGÁS**  
**GERÊNCIA ADMINISTRATIVA E DE SUPRIMENTOS**

**CONTRATO DE PATROCÍNIO - Nº 043/2025**

**TERMO DE CONTRATO DE PATROCÍNIO Nº 043/2025, QUE CELEBRAM ENTRE SI A COMPANHIA POTIGUAR DE GÁS (POTIGÁS) E A 14.063.592 FRANCINALDO DA SILVA MOURA.**

**A COMPANHIA POTIGUAR DE GÁS (POTIGÁS)**, Sociedade de Economia Mista do Estado do Rio Grande do Norte, com Sede Social na Avenida Prudente de Moraes, nº 675, Tirol, Natal/RN (CEP 59.020-505), representada por seus Diretores infra-assinados, na forma de seu Estatuto Social, doravante denominada **PATROCINADORA**, e, de outro lado a **14.063.592 FRANCINALDO DA SILVA MOURA**, inscrita no CNPJ sob o nº 14.063.592/0001-03, situada na RUA ANTONIO JUSTINO SOBRINHO, 33, CENTRO, CURRAIS NOVOS/RN (CEP.59.380-000), neste ato representada por seu Responsável Legal infra-assinado, aqui denominada **BENEFICIÁRIA**, firmam como justo e acordado, com base no Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC) da POTIGÁS, na Lei Federal nº13.303, de 30 de junho de 2016, no Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008, e Instrução Normativa SECOM-PR Nº 01, de 8 de maio de 2009, este **CONTRATO DE PATROCÍNIO**, com as cláusulas seguintes:

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. Concessão de **PATROCÍNIO** pela POTIGÁS ao projeto **JOÃO REDONDO PELAS COMUNIDADES TRADICIONAIS**, promovido pela empresa **BENEFICIÁRIA**.

1.2. As diretrizes para a **PATROCINADORA** e para a **BENEFICIÁRIA** são as estabelecidas no Edital Natural Como Fazer o Bem 2024/2025 e no presente **CONTRATO DE PATROCÍNIO**.

**2. CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CONTRAPARTIDAS**

2.1. A **PATROCINADORA** terá, como contrapartida do seu investimento:

- a) Logo em banners e painéis;
- b) Logo em camisas e bonés;
- c) Logo em programação, folder e convite;
- d) Logo nas publicações de fotos e vídeos das oficinas e apresentações;
- e) Citações em entrevistas e agradecimento ao final de cada apresentação e oficina.

**3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR DO PATROCÍNIO**

3.1. O valor do **PATROCÍNIO** é de **R\$ 48.140,00 (quarenta e oito mil, cento e quarenta reais)**, a ser depositado na conta corrente bancária indicada pela **BENEFICIÁRIA**, em até **20 (vinte) dias corridos** após o recebimento do Título de Incentivo, ou outro documento equivalente que produza os mesmos efeitos, emitido pela Secretaria da Fazenda (Sefaz) ou Fundação José Augusto (FJA) e de apresentação dos documentos descritos no item 4.2.5 do Edital. Caso a data de pagamento recaia sobre os dias 10, 20 ou 25 de determinado mês, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil seguinte.

3.2. Caso o **PATROCÍNIO** envolva recursos próprios, os valores serão pagos, seguindo o cronograma acordado com a **PATROCINADORA**, após autorização formal da fiscalização e recebimento dos respectivos documentos fiscais, e será depositado na conta corrente indicada pela **BENEFICIÁRIA**, em até **20 (vinte) dias corridos** após a apresentação da documentação citada. Caso a data de pagamento recaia sobre os dias 10, 20 ou 25 de determinado mês, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil seguinte.

**4. CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

4.1. Dentre os recursos financeiros necessários ao atendimento desde **CONTRATO**, o valor de **R\$ 48.140,00 (quarenta e oito mil, cento e quarenta reais)** é proveniente de incentivo fiscal por meio da Lei Estadual de Incentivo à Cultura Câmara Cascudo (Lei Estadual 7.799/1999) / do Programa de Incentivo RN+ Esporte e Lazer Professor Sebastião Cunha (Decreto Estadual 30.901/2021).

**5. CLÁUSULA QUINTA - DA COTA ÚNICA**

5.1. Este **PATROCÍNIO** independe de outras cotas, não existindo ônus adicionais para a **PATROCINADORA**.

## 6. CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

6.1. A vigência do presente **CONTRATO** é de **07 (sete) meses**, contados a partir da sua data de assinatura, podendo este prazo ser prorrogado, mediante termo aditivo, firmado entre as partes, condicionada esta prorrogação à avaliação da **PATROCINADORA**.

## 7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

7.1. O presente **CONTRATO** poderá ser rescindido na hipótese de superveniência de norma legal, determinação de autoridade pública ou no caso de ocorrência de caso fortuito e/ou força maior que torne impraticáveis as operações ora ajustadas, devendo a **BENEFICIÁRIA** restituir, imediatamente e independente de aviso, à **PATROCINADORA** o valor pago.

7.2. À **PATROCINADORA** reserva-se o direito de rescindir o **CONTRATO**, observando-se o disposto no Capítulo VIII, Seção XIV - Da Inexecução e da Rescisão dos Contratos do RILC da **POTIGÁS**.

7.3. Os casos de rescisão contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, devendo ser assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa.

## 8. CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA BENEFICIÁRIA

8.1. Manter e fornecer, sempre que solicitado, durante a execução do **CONTRATO**, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas na formalização do mesmo, conforme prevê o inciso IX, do artigo 69, da Lei Federal nº 13.303/2016.

8.2. Garantir que as contrapartidas estabelecidas na cláusula segunda do presente **CONTRATO** sejam fielmente cumpridas, respondendo pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.3. Apresentar, durante o prazo de vigência do presente **CONTRATO**, na oportunidade que a **PATROCINADORA** entender pertinente, relatório que comprove as contrapartidas concedidas em decorrência do investimento realizado, anexando os comprovantes e registros publicitários pertinentes, bem como a descrição das atividades executadas, denominado de Relatório de Acompanhamento.

8.4. As logomarcas da **PATROCINADORA** deverão estar de acordo com os padrões de identidade visual fornecidos no momento da assinatura deste **CONTRATO**, sendo vedada às partes a utilização de nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

8.5. Nenhuma das partes poderá ceder ou transferir as obrigações ajustadas neste **CONTRATO**, no todo ou em parte, a terceiros, sem a prévia e expressa anuência da outra parte, bem como este **CONTRATO** não poderá servir de garantia bancária ou aval fiduciário.

8.6. A **BENEFICIÁRIA** fica obrigada a devolver os valores eventualmente pagos, caso não seja realizado o Projeto por ela mesma apresentado quando da inscrição no **Edital Natural Como Fazer o Bem** ou se o mesmo for cancelado por quaisquer motivos.

8.7. A **BENEFICIÁRIA** fica obrigada a apresentar, ao final do prazo de realização do projeto correspondente ao patrocínio objeto do presente **CONTRATO**, a prestação de contas da aplicação dos recursos fornecidos pela **PATROCINADORA**, por meio do Relatório Final.

## 9. CLÁUSULA NONA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Fica estipulado que será devida multa correspondente a até 10% do valor do presente **CONTRATO**, caso a **BENEFICIÁRIA** infrinja cláusulas contratuais e itens editalícios.

9.2. No caso da **BENEFICIÁRIA** ser considerada inadimplente, a **PATROCINADORA** poderá, ainda, proceder a inscrição desta no cadastro de inadimplentes do SIAFI e no cadastro informativo de créditos não quitados (CADIN), quando a **BENEFICIÁRIA** não apresentar a prestação de contas final ou parcial dos recursos recebidos nos prazos regulamentares.

9.3. Pela inexecução total ou parcial do **CONTRATO** a **PATROCINADORA** poderá ainda aplicar a sanção à **BENEFICIÁRIA** de DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE para licitar ou contratar com a Administração Pública, devendo ser concedido a esta última o direito à ampla defesa.

## 10. CLÁUSULA DÉCIMA - DO FUNDAMENTO LEGAL

10.1. O presente **CONTRATO** tem como fundamento legal o **Artigo 27 § 3º da Lei 13.303/2016** e o **Artigo 258 do RILC/POTIGÁS**, que consideram a **CONTRATAÇÃO DIRETA** por inexigibilidade de licitação, quando houver inviabilidade de competição, bem como no CAPÍTULO IX - DAS NORMAS ESPECÍFICAS, Seção II - Dos Convênios ou Contratos de Patrocínio do **RILC da POTIGÁS** e está vinculado ao processo **SEI Nº 05310022.000238/2025-18**, parte integrante do presente **CONTRATO**, independente de transcrição.

## 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PRÁTICAS DE COMPLIANCE

11.1. As Partes declaram conhecer e se obrigam a seguir as normas de prevenção à corrupção, incluindo a Lei nº 12.846/2013, o RILC da POTIGÁS e o **Código de Conduta e Integridade da POTIGÁS**, disponível no site da Companhia.

11.1.1. Adicionalmente, as Partes se obrigam a, no exercício dos direitos e obrigações previstos neste **CONTRATO**, não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilicitamente.

## 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

12.1. Fica estabelecido o Foro da Comarca de Natal/RN, com renúncia expressa de qualquer outro, para quaisquer questões decorrentes deste **CONTRATO**.

Assim, por estarem de comum acordo, a **PATROCINADORA** e a **BENEFICIÁRIA** firmam este instrumento contratual, que reconhecem válido e eficaz, para um só fim, na presença de 02 (duas) testemunhas capazes e idôneas, que também assinam e dão cumprimento às exigências e formalidades legais.

**Signatário(s) deste documento:**

PELA PATROCINADORA	
<b>Marina Melo Alves</b> Diretora Presidente	<b>Alyne Valentim Muniz</b> Diretora Administrativa e Financeira

PELA BENEFICIÁRIA
<b>Francinaldo da Silva Moura</b> Responsável Legal CPF: 067.207.034-04

TESTEMUNHAS	
<b>Ricardo Wagner Guilhermino Pereira</b> CPF: 595.822.274-00	<b>Laíssa da Costa Ferreira</b> CPF: 048.845.274-02

**Referência:** Processo nº 05310022.000238/2025-18

SEI nº 32897378



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Wagner Guilhermino Pereira, Gerente Administrativo e de Suprimentos**, em 01/04/2025, às 16:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **Laíssa da Costa Ferreira, Gerente de Comunicação e Marketing**, em 02/04/2025, às 12:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alyne Valentim Muniz, Diretora Administrativa e Financeira**, em 02/04/2025, às 17:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marina Melo Alves, Diretora-Presidente**, em 03/04/2025, às 16:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **Francinaldo da Silva Moura, Usuário Externo**, em 09/04/2025, às 21:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.rn.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **32897378** e o código CRC **1C93CC4C**.